

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº ____ 2022.

(Da Bancada do PSOL)

Requer ao Ministro de Estado da Defesa, Sr. Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, informações acerca do número de certificados de registros de armas de fogo suspensos ou cancelados pela Pasta, a título de medida protetiva, nos casos de violência doméstica contra a mulher.

Senhor Presidente,

Requeremos com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa, Sr. Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, informações acerca do número de certificados de registros de armas de fogo suspensos ou cancelados pela Pasta, a título de medida protetiva, nos casos de violência doméstica contra a mulher. Assim sendo, pedimos esclarecimentos sobre as seguintes questões, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

1. Qual o número de certificados de registros de armas de fogo suspensos ou cancelados pela Pasta entre janeiro de 2019 e a presente data? Favor apresentar os dados por (i) mês, (ii) unidade da federação, (iii) tipo (caçador, colecionador ou atirador) e; (iv) razão para a suspensão ou cancelamento.

Justificação

A arma de fogo tem sido o principal instrumento empregado nos assassinatos de mulheres no Brasil, ao longo de vinte anos esteve presente em 51% dessas mortes. É o que revela o relatório “O papel da arma de fogo na violência contra a mulher”¹, produzido pelo Instituto Sou da Paz que analisa dados da violência armada no Brasil e se debruçou sobre dados da vitimização feminina do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Datasus, de 2012 a 2019.

1 Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/arma-de-fogo-e-principal-instrumento-usado-para-tirar-vida-de-mulheres-no-brasil-revela-relatorio-do-instituto-sou-da-paz/>



A análise revela que as mulheres negras foram 70,5% das vítimas de agressão com arma de fogo em 2019, ou seja, uma taxa de mortalidade duas vezes maior do que a de não negras. Dentre o total de mortes por agressão (envolvendo todos os instrumentos), a arma foi o meio empregado em 52% dos casos contra mulheres negras e em 42% das agressões fatais contra não negras.

Em 2021, ao menos 76% das mais de 47 mil vítimas de homicídio no país foram mortas com o uso de arma de fogo. Até novembro de 2021, o governo Bolsonaro registrou 460.351 novas armas (Polícia Federal e Exército), fez crescer o volume de importação de armas de fogo em 33% entre 2020 e 2021, o equivalente a US\$ 52 milhões. Com incentivos normativos e tributários viu a indústria bélica nacional produzir seu primeiro fuzil comercial (T4, da Taurus) e a indústria estatal desenvolver seu próprio modelo (IA2 da IMBEL). Tudo isso relegando os sistemas de controle e fiscalização à decadência do tempo e à degradação normativa².

No que tange a edição de diversos decretos sobre política de armas pela Administração de Bolsonaro, a Procuradora Regional da República, Raquel Branquinho, aponta a possibilidade de Bolsonaro ter agido para beneficiar uma parcela de eleitores e que não há espaço na Constituição *"para ideias e atitudes voluntaristas"* do Presidente, ainda que pautadas por *"bons propósitos"*.

As portarias 46, 60 e 61, revogadas pelo comandante do Colog, general Laerte de Souza Santos, por exigência de Bolsonaro, foram elaboradas em conjunto por militares, policiais federais e técnicos do Ministério da Justiça. *"Determinei a revogação das portarias (...) por não se adequarem às minhas diretrizes definidas em decretos"*, escreveu Bolsonaro no Twitter em 17 de abril. Essas portarias estabeleciam o controle, rastreabilidade e identificação de armas e munições importadas e fabricadas pela indústria nacional, sob a finalidade de atividades esportivas, de colecionador e para abastecer os quartéis. Na avaliação dos procuradores, ao revogá-las, o governo facilita o acesso do crime organizado a armas e munições desviadas.

Vale ressaltar que investigações policiais de quatro estados mostram a atuação de CACs no fornecimento de armas e munição para quadrilhas especializadas em roubos de grandes quantias — como ataques a agências bancárias e transportadoras de valores e assaltos com domínio de cidades de pequeno e médio portes, modalidade conhecida como “Novo Cangaço”. Para o Fórum Brasileiro de

2 Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/e-preciso-falar-serio-sobre-armas-de-fogo-e-homicidios/>



Segurança Pública (FBSP), a série de decretos do governo sobre armas beneficiou o crime organizado³.

Existe um consenso científico de que aumentar a quantidade de armas em circulação aumentará a violência em nosso país. Estudo do IPEA⁴ identificou uma forte relação de que 1% no aumento de armas em circulação pode gerar um aumento de até 2% na quantidade de homicídios. Pesquisas sobre tentativas de reação a crimes também identificam que a reação armada raramente é eficiente e na maioria dos casos agrava o evento⁵, transformando roubos em latrocínios e tiroteios. Esta realidade se verifica inclusive nas tentativas de reação de policiais quando estão de folga⁶, a despeito de seu nível de treinamento muito acima do que estaria acessível a cidadãos comuns.

Já há uma série de pesquisas e investigações que consolidam o conhecimento de que a maioria das armas apreendidas usadas em crimes no Brasil são de fabricação nacional, reforçando a fragilidade dos controles atualmente existentes e a importância de se investir em um uso mais intensivo de inteligência policial baseada em análise dos dados disponíveis e na melhor fiscalização da produção e comercialização de armas de fogo no Brasil.

O Governo Federal, que se vangloria da queda de 7% da taxa de homicídios em 2021, correlacionando o feito à maior leniência no controle e à promoção do acesso às armas, deveria ter mais rigor na análise que faz antes de desfilar números e fatos posicionando-os como causa e efeito. Deveria também estudar a história recente do país para vislumbrar o que está por vir. Mas talvez esse seja o objetivo, criar desordem para vender segurança – e sabemos o nome que se dá a esse tipo de plano⁷. E não é liberdade, mas sim barbárie.

A opinião pública é clara: de cada 10 brasileiros, 7 rejeitam a tese segundo a qual maior acesso da população a armas favorece a segurança pública, propagada com obstinação por Jair Bolsonaro. O Datafolha indica ainda que não há respaldo da sociedade brasileira à noção, importada

3 Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/seguranca-publica/noticia/2022/09/investigacoes-revelam-conexoes-entre-atiradores-desportivos-e-quadrilhas-do-novo-cangaco.ghtml?utm_source=aplicativoOGlobo&utm_medium=aplicativo&utm_campaign=compartilhar

4 Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17514

5 Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/tambem_morre_quem_atira.pdf

6 Disponível em: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos/documento/linha-de-frente-vitimizacao-e-letalidade-policial-na-cidade-de-sao-paulo>

7 Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/e-preciso-falar-serio-sobre-armas-de-fogo-e-homicidios/>





OS DEPUTADOS
Partido Socialismo e Liberdade
técnica

dos EUA, de que o acesso a armas estaria associado à liberdade. "*O povo armado jamais será escravizado*", diz Bolsonaro, e 69% discordam. Existem no Brasil 2,08 milhões de armas legais particulares, praticamente 1 para cada 100 habitantes, segundo dados de dezembro de 2020 compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁸.

Desde que assumiu a Presidência da República, o Presidente Jair Bolsonaro editou inúmeros decretos que tratam do porte e da posse de armas, além de produtos controlados pelo Exército. Em resposta aos atos normativos de Bolsonaro, parlamentares apresentaram dezenas de projetos de decretos legislativos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, além de ações no âmbito do Poder Judiciário.

É neste contexto que apresentamos o presente requerimento de informações. Assim solicitamos o apoio dos Nobres Deputados e Deputadas para que possamos compreender os reais efeitos dessa expansão, até o momento desconhecida, sobre equipamentos que devem ter os mais altos padrões de controle em suas respectivas comercializações.

Sala das Sessões, em de setembro de 2022.

Sâmia Bomfim
Líder do PSOL

8 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/06/armas-impopulares.shtml>



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Sâmia Bomfim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228087701700>

